

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0013332-39.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Alimentos**
 Requerente: **Marina de Oliveira Santana**
 Requerido: **Jonatas Santos Santana**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****CONCLUSÃO**

Em 12/1/17, faço estes autos conclusos ao **Dr. Milton Coutinho Gordo**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.

Numero de Ordem: 1365/10

Vistos.**MARINA DE OLIVEIRA SANTANA**

ajuizou a presente **AÇÃO DE ALIMENTOS** em face de seu pai, **JONATAS SANTOS SANTANA**, pretendendo a fixação da verba no equivalente a 30% dos ganhos líquidos do postulado e na hipótese de emprego informal 35% sobre o salário mínimo.

Os alimentos provisórios foram fixados em 30% do salário mínimo (*fls. 13*).

A fls. 58/63 pela Instância Superior ficou determinado que os alimentos provisórios são devidos a partir da data do despacho inicial e os definitivos retroagem à data da citação.

Regularmente citado (*fls. 94v*), o réu compareceu aos autos alegando estar desempregado e vivendo “às custas da família”. Por fim, pediu a extinção da ação sem julgamento do mérito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sobreveio réplica e documentos (*fls. 113/119*).

Estudos sociais foram realizados (*fls. 122/127 e 183/185*).

O representante do Ministério Público opinou (*fls. 198/201*) pela fixação dos alimentos em 30% de todos os vencimentos líquidos do suplicado, exceto sobre FGTS e férias não gozadas e na hipótese de emprego informal em 35% do salário mínimo, desde a citação.

Este, na síntese do que tenho como necessário,

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

Trata-se de ação de alimentos ajuizada por filha menor em face de seu pai.

A obrigação de prestar alimentos aos filhos menores decorre da própria paternidade.

Durante a menoridade, presume-se, não pode o filho prover o próprio sustento, o que cabe aos pais providenciar. Vale lembrar que a menor, hoje, conta com **nove** anos.

Como cediço, a obrigação alimentar tem como pressuposto elementar o binômio necessidade-possibilidade. Necessidade daquele que recebe, e possibilidade daquele que pensiona.

Em casos como o presente, em que os

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

alimentados são menores de idade, a **necessidade é presumida**. Em consequência, basta que deduzam o pedido frente ao genitor, sem necessidade de provar sua carência.

* * *

Cabe a ambos os genitores, segundo suas possibilidades, envidar todos os esforços para o sadio crescimento da prole.

No caso dos autos temos a seguinte situação:

O genitor (com formação “superior” – biólogo) reside sozinho em imóvel alugado e recebe mensalmente R\$ 1.500,00 de bolsa de estudos proveniente do mestrado na Universidade Federal da Bahia.

A mãe (também com formação “superior” – bióloga) trabalha na Fazenda da Toca recebe mensalmente R\$ 2.400,00. Assim pode e deve contribuir no sustento.

A menor, Marina, goza de boa saúde e não demanda gastos extraordinários com sua subsistência.

Provisoriamente (*fls. 13*), foi a verba fixada em 30% do salário mínimo.

Diante do quadro aqui esboçado, e na esteira das considerações do ilustre representante do Ministério Público, tenho por razoável tornar a verba provisória, que hoje equivale a R\$ 281,10, definitiva.

Tal valor consome 18,74% da “bolsa” de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

estudos pago ao requerido e somada à necessária contribuição da genitora, trará a menor a possibilidade de fazer frente às suas necessidades e, ao genitor, a segurança necessária para que, mesmo prestando os alimentos de que necessita sua filha, possa fazer frente às despesas pessoais.

É o que fica decidido.

Isso posto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial, para condenar o réu, **JONATAS SANTOS SANTANA** a prestar alimentos a sua filha menor, **MARINA DE OLIVEIRA SANTANA**, no equivalente a **30% do salário mínimo federal**, com vencimento todo dia 10 (dez) de cada mês.

Essa dinâmica será observada enquanto o requerido estiver recebendo bolsa de estudos ou trabalhando na informalidade.

Caso venha trabalhar com registro em carteira (labor formal), deverá contribuir com o equivalente a **20% de seus rendimentos líquidos**, base de cálculo: salário propriamente dito, mais adicionais permanentes, abatidos os descontos determinados por lei), **excluindo-se** verbas relativas ao FGTS e férias indenizadas. **A verba incidirá, ainda, sobre o 13º salário.**

Os alimentos aqui fixados (*definitivos*) são devidos a partir da citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes. Fixo honorários advocatícios ao advogado das partes em um salário mínimo para cada um. No entanto, cabe salientar que a **autora é beneficiária da justiça gratuita** e em relação a mesma, a execução das verbas da sucumbência, fica condicionada à perda da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

miserabilidade. (*art. 98, § 3º do CPC*).

Devidamente apreciado o pedido, **EXTINGO** o feito com resolução de mérito, conforme inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil.

Oportunamente e se nada mais for requerido, providencie-se a extinção perante a rede executiva do TJ e arquivem-se os autos.

P.R.Int.

São Carlos, 20 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**